

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

FERNANDES, Patrícia V. N. D¹

RESUMO

Este estudo foi parte integrante da investigação doutoral cuja abordagem foi sobre as políticas públicas de incentivo a leitura no Brasil e em Portugal, defendida e aprovada pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho em Portugal em 2017. Neste texto, mobilizamos como referencial teórico, preferencialmente, o campo das políticas educativas e da sociologia da educação. Embora defendida como prioridade na legislação e em programas sociais, a educação no Brasil precisa superar antigos obstáculos, que têm origem nos mesmos fatores econômicos, sociais e políticos que causam nossa profunda desigualdade social. Metodologicamente, percorremos um viés em que o método explicativo foi utilizado continuamente, por ser a pesquisa explicativa de análise, que se ocupa com o porquê dos fatos e fenômenos que preenchem a realidade. O estudo desenvolvido remete a conceber que, políticas públicas de leitura que se alicerça na concepção de que o ato de ler é uma prática social, deve, no mínimo, ser planejada considerando todas as variáveis incluindo a diversidade cultural, dimensão territorial, bem como a necessidade de envolver todos os grupos sociais.

Palavras-chave: Políticas públicas de Leitura. Educação. Cidadania. Letramento.

INTRODUÇÃO

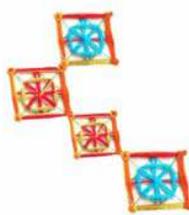
Este estudo foi parte integrante da investigação doutoral cuja abordagem sobre as políticas públicas de incentivo a leitura no Brasil e em Portugal, defendida e aprovada pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho em Portugal em 2017.

Neste texto, mobilizamos como referencial teórico, preferencialmente, o campo das políticas educativas e da sociologia da educação. A centralidade dada à discussão em torno do Estado, as mutações na sua natureza e no seu papel, se justifica para uma melhor compreensão do seu lugar no quadro da reconfiguração do capitalismo e dos vários fatores e agentes que influenciam a definição e a implementação das políticas educativas.

O Brasil desde que, tornou-se Estado-nação² não conseguiu ultrapassar o problema das altas taxas de analfabetismo da população. Séculos de escravidão bastaram para que a

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Minho/Braga – Portugal; Mestra em Ciências Sociais, Bibliotecária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e Licenciada em Letras.

² Recorreremos ao conceito de Estado-nação utilizado por Afonso (2001) como uma organização tendencialmente isomórfica de território, etnia, governo e identidade nacional.



negligência na educação fosse característica marcante do jeito brasileiro de governar. Este débito repercutiu na leitura, chegando a ser assunto em 2006 da Revista britânica “*The Economist*”, que destaca ser uma vergonha nacional o desinteresse do brasileiro pela leitura e atribui ao baixo índice de leitura à precariedade das bibliotecas públicas.

Então, podemos afirmar que a questão da leitura está associada à formação cultural do povo brasileiro, onde as ações de incentivo à leitura também esbarram-se na falta do comprometimento com os resultados pela carência de verbas e também pela descontinuidade das ações, vistas muitas vezes por gestores como que estivessem dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo seu opositor político não atentando assim para os benefícios para a coletividade.

Embora defendida como prioridade na legislação e em programas sociais, a educação no Brasil precisa superar antigos obstáculos, que têm origem nos mesmos fatores econômicos, sociais e políticos que causam nossa profunda desigualdade social (Jambeiro; Borges & Barros, 2006), isto é, a Educação se coloca, como o maior desafio para que o Brasil consiga atingir os objetivos constitucionais.

Neste aspecto Regis (2009, p. 78), afirma que pedagogicamente falando “ler” é uma das mais importantes competências a serem trabalhadas com os alunos. No entanto “ler” é uma das principais deficiências do estudante brasileiro, pois não basta identificar as palavras, mas fazê-la ter sentido, compreender, interpretar, relacionar e reter o que for mais relevante.

METODOLOGIA

Metodologicamente, percorremos um viés em que o método explicativo foi utilizado continuamente, por ser a pesquisa explicativa de análise, que se ocupa com o porquê dos fatos e fenômenos que preenchem a realidade.

Segundo as fontes de informação, o procedimento utilizado foi, a pesquisa bibliográfica, por ser indispensável para o embasamento teórico que norteou o estudo, tendo em conta que:

qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, que para o levantamento do estado da arte do tema, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e as contribuições da própria pesquisa (CERVO; BERVIAN & SILVA, 2006, p.60).

Seu uso se justifica por esta se constituir numa preciosa fonte de informação, com dados já organizados e analisados como informações e idéias já prontas, uma vez que na atualidade, praticamente qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, possui algo

escrito a respeito, nesta pesquisa foram consultados livros e periódicos. Foram realizadas também pesquisas pela Web, onde, por exemplo, foram acessados os sites do Instituto Pró-Livro e Instituto Paulo Montenegro, conforme consta seu endereço eletrônico nas referências.

A opção em utilizar também este tipo de pesquisa se deu ao fato de dar uma maior abrangência ao assunto abordado, atendendo aos rigores exigidos da construção do saber científico.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA NO BRASIL

Foram desenvolvidas políticas públicas de promoção da leitura, a fim de, estimular mudanças culturais, com o intuito de melhorar o desempenho dos leitores e a formação de uma sociedade mais crítica, consciente de seus direitos. Tais iniciativas estão apontadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Linha histórica da política do livro e da leitura no Brasil

Ano	Descrição
1937	Criação do Instituto Nacional do Livro [extinto em 1990]
1949	Promulgação da Convenção Interamericana sobre direitos autorais
1968	Criação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ
1981	Fundação da Associação de Leitura do Brasil – ALB
1984	Lançamento do Programa Nacional de Salas de Leitura [extinto em 1996]
1987	Criação do Instituto Nacional Pró-Leitura [extinto em 1990]
1992	Lançamento do Programa Nacional de Incentivo à Leitura
1992	Criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
1997	Lançamento do Programa Nacional de Bibliotecas na Escola - PNBE
1998	Publicação da Lei de Direitos autorais (nova redação)
2003	Publicação da Lei do Livro [Lei 10.753/03]
2003	Lançamento do Programa Arca das Letras
2004	Lançamento do Programa Fome do Livro
2004	Criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura
2004	Publicação da Lei de Desoneração fiscal do Livro [Lei 11.030/04]
2005	Ano Ibero-Americano da Leitura – Viva leitura
2006	Lançamento do Plano Nacional do Livro e Leitura [portaria n. 1442]
2007	Criação do Instituto Pró-Livro [Organizações da sociedade Civil de Interesse Público]
2010	Publicação do Plano Nacional de Cultura [Lei 12.343/10]
2010	Publicação da Lei de Universalização da Bibliotecas em Instituições Escolares [Lei 12.244/10]
2011	Publicação do Plano Nacional do Livro e Leitura [Decreto 7.559/11]
2018	Política Nacional de Leitura e Escrita [Lei nº 13.696/2018]

Fonte: Adaptado e atualizado de Valls (2013)



As ações de políticas públicas de promoção da leitura têm como fundamento despertar em todos os envolvidos, a consciência da importância política, social e cultural da leitura, pois é a partir desta prática que se constrói o conhecimento, sendo que este se dá no sujeito através da significação (apropriação). Para que isto ocorra é importante que a informação esteja vinculada aos contextos e experiências do leitor. Embora este processo seja lento, reflexivo, individual, seus resultados são facilmente visíveis e coletivamente compartilhados.

A escola surge como estabelecimento socialmente institucionalizado encarregado de possibilitar o acesso à leitura e à escrita aos membros da sociedade, por serem esses, os meios de comunicação e também fonte de construção, disseminação e apreensão do conhecimento.

Assim a escola como espaço de aprendizagem e consolidação da leitura deve cooperar para a formação de uma sociedade crítica. Entretanto, o formato de concepção da educação como privilégio, cerceia a potencialidade da escola para a realização da sua missão social.

A leitura é também condição indispensável para que o Ser humano se relacione. De acordo com essa afirmativa, não ler significa, portanto, ficar fora das condições necessárias para interagir com o mundo e se o indivíduo não interage, ele não incorpora as exigências estabelecidas pela sociedade para agir de forma crítica com o mundo que o cerca.

De acordo com McLuhan (1969, p.15), a sociedade humana vivenciou três culturas: “a oral, a tipográfica e agora a eletrônica”, incidindo características próprias a cada sociedade cultural e graças à leitura e a escrita as sociedades tornaram-se independentes, sem a limitação do tempo, do espaço e da memória humana. O processo cognitivo é limitado numa interioridade social, onde a leitura pode ser vista como um processo cultural através da manifestação da linguagem (McLUHAN, 1969).

Nesta linha, Silva; Silva & Silva (2012) esclarecem que, na atualidade o debate sobre a leitura no Brasil implica no uso efetivo da leitura, ao afirmarem que:

no que concerne à leitura, a demanda de maior relevância hoje não é o incentivo às práticas que não se efetivam, e sim de atenção ao *como* se lê, haja vista que o Brasil, avaliado por órgãos da UNESCO, além de não passar do nível 1 em letramento em leitura, ainda ocupa uma posição desfavorável no ranking de proficiência (SILVA; SILVA; SILVA, 2012, p.10).

Conforme o exposto foi possível verificar que o problema da leitura não passa por uma questão apenas de vontade, de prazer pelo ato de ler, pois os indicadores de avaliação tanto em nível nacional quanto internacional apontam que o desinteresse do povo brasileiro pela leitura foi um processo construído por um longo período de tempo. Contudo, isso não



significa que seja um processo irreversível, como aponta a pesquisa realizada pelo Pró-leitura³ (2016), segundo este estudo, apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura. Outro dado importante apontado pelo Instituto Paulo Montenegro⁴ – IPM, (2018) no contexto de trabalho dos brasileiros entre 15 e 64 anos, evidenciando que um em cada quatro trabalhadores brasileiros (25%) pode ser considerado Analfabetos Funcionais.

Britto destaca que (1999, p.84),

[...] a leitura é “um ato de posicionamento político diante do mundo”. Desse modo, é importante que o indivíduo tenha consciência sobre o processo de leitura, pois assim poderá se colocar frente às afirmações trazidas no texto, não as tomando como verdades absolutas, mas como produto. Vale lembrar que o não conhecimento do caráter político do ato de ler não extingue esse componente, mas pode levar a uma espécie de mitificação da leitura e dos textos impressos.

Assim a capacidade de ler é indispensável à realização pessoal, sendo que o progresso econômico e social do país depende do acesso que seu povo tem ao conhecimento que é transmitido através da leitura. Segundo Copes (2007), é possível afirmar que, a ausência de demandas sociais significativas e de políticas para a área, faz com que a tendência seja continuar formulando políticas sem um planejamento para longo prazo, mas segundo os valores e concepções próprios de cada administração, como política de governo e não como uma política de Estado.

O que nos leva a crer que as políticas de distribuição de livros não resolverão a questão do estímulo à leitura da sociedade brasileira. A distribuição de livros é apenas uma das ações de uma política de promoção da leitura. Neste aspecto, Alves (2004) diz que:

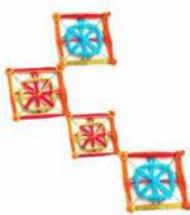
é importante promover a leitura como compromisso político, visando a formação cidadã de nossos alunos, ou seja, demonstrar, na prática social, a sua competência alfabética, o que, inegavelmente, lhes ampliará as possibilidades de identidade e poder, diante da busca de respostas para resolver as questões que o mundo lhes impõe (ALVES, 2004, p.148).

Diante disso, percebe-se que transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação, no qual novos suportes informacionais direcionam as políticas não apenas para as práticas leitoras e para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas tecnologias, muitas vezes distantes da formação do cidadão⁵ leitor e apenas portador de habilidades primárias.

³ É uma Organização Social Civil de Interesse Público - OSCIP - mantida com recursos constituídos por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro.

⁴O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos, vinculada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE, que tem por objetivo desenvolver e executar projetos na área de Educação.

⁵O termo “cidadão” é aqui definido como aquele que tem participação na sociedade, participação na produção, o acesso igualitário no atendimento aos serviços sociais básicos que mesmo diferente do ponto de vista cultural,



Assim, inferimos que para que exista uma sociedade leitora, ou seja, uma sociedade que tenha a efetiva participação dos cidadãos no processo democrático é preciso unir conforme destaca Freire (2002, p.9) “leitura do mundo precede a leitura da palavra”, pois, só através desta junção é possível as pessoas refletirem sobre a sua condição enquanto atores sociais e políticos.

Como ratifica Goldin (2003, p.165):

La lectura es esencial para alcanzar las competencias mínimas necesarias para vivir en el mundo actual. Es una actividad fundamental en el desarrollo de la imaginación y creatividad humana, en el aprendizaje y conocimiento del lenguaje, y en el cultivo de la capacidad de expresar ideas y desarrollar un pensamiento crítico.

No Brasil, observa-se o aparecimento de diferentes programas de promoção da leitura - em sua maioria, priorizam a distribuição de livros, em destaque os didáticos, sendo que os maiores provedores de políticas públicas de promoção da leitura no Brasil são os órgãos federais, a saber, o extinto Ministério da Cultura – MinC⁶ e o Ministério de Educação – MEC:

Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), implantado em 2004 prevê a distribuição de livros didáticos para estudantes do ensino médio público de todo o território brasileiro.

Esta política educacional vem se consolidando nos últimos anos, trata-se de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Básica juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de avaliar e selecionar materiais didáticos para serem utilizados por professores e alunos da rede pública de ensino.

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial.

São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

Para Miranda & Luca (2004) o marco na política em relação aos materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático — PNLD. A partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas

físico, religioso ou de habilidades profissionais, tem participação na produção e em todos os serviços básicos. (Boneti, 2003, p. 34)

⁶ Oficialmente extinto pela medida provisória nº 870 de 2019



componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha.

Para Souza (2012, p.1):

o PNLD é uma política de incentivo à produção e qualificação de materiais didáticos e visa estimular a discussão e participação de professores na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados nas escolas públicas brasileiras, nos níveis fundamental e médio.

O Programa Nacional do Livro Didático é parte integrante de uma política de inclusão e de fomento à educação e conseqüentemente à leitura.

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência em formato de atendimentos variados, acervos às bibliotecas, alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental. Está ligado institucionalmente a Secretaria de Educação Básica do MEC. Marques & Arena (2012) afirmam que:

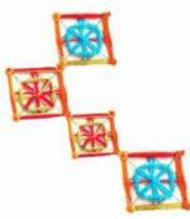
o PNBE ultrapassa a questão de distribuição de obras pelo governo pleiteando uma discussão acerca de necessidades e possibilidades que envolvem o programa em seu fim maior: a leitura não se basta apenas com a distribuição de acervos. (MARQUES; ARENA, 2012, p.1).

Nesta linha, surge a necessidade de um melhor acompanhamento quanto aos resultados do Programa, se de fato ele atendeu aos seus objetivos quanto a formação de leitores.

Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), institucionalizado por meio do Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, com o objetivo de formar leitores nos espaços sociais, o qual busca a valorização social da leitura e da escrita através de ações que busquem promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita. Assim o Proler “age como um elemento estimulador além de propiciar e promover o entrosamento de ações das pessoas envolvidas na promoção da leitura” (Copes & Saveli, 2007, p.02).

Vinculado ao Ministério da Cultura através da Fundação Biblioteca Nacional, o Proler está presente em todo o país.

Assim, ao longo dos anos o Proler, vem envidando esforços a fim de consolidar no Brasil uma política pública de Estado, no sentido de viabilizar a leitura e a escrita como práticas sociais visíveis, necessárias e prazerosas para todos os brasileiros, ou seja, conceber a leitura e a escrita como atos problematizadores, indutores de uma práxis transformadora, construída pela via da compreensão e da interpretação (Proler, 2010).



Descolarizar a leitura foi uma meta para ativá-la aos espaços sociais do cotidiano dos cidadãos e ao mesmo tempo preservar a primazia da leitura na escola, reformular as atividades da escola com a leitura para retirá-la do seu confinamento disciplinar e aplicá-la como elemento comum a todas as formas de conhecimento.

Essa estratégia segue o conceito de Foucault (1994) “leiturização da sociedade”. Ou seja, a formação de leitores deve ser permanente não apenas dentro da escola, nem apenas durante a formação escolar:

se a alfabetização era, por bons motivos, um aprendizado escolar, a leitura é um aprendizado social, da mesma natureza que o aprendizado da comunicação oral. Com a leitura será como se fala; se o aprendizado se realizar através das práticas familiares e sociais, então e somente então, a escola poderá cumprir um papel fundamental de ajuda e de redução das desigualdades. (FOUCAMBERT, 1994, p.116).

Principalmente por considerar os índices de analfabetismo no Brasil e a grande quantidade de leitores potenciais que se encontram fora do ambiente escolar.

Programa Pró-leitura, também implantado no ano de 1992, por meio da Secretaria de Educação Básica, contou com a parceria de universidades. Foi criado com o objetivo da profissionalização de professores da área de leitura e dessa forma auxiliar no desenvolvimento das competências dos estudantes. (Peres & Gonçalves, 2009, p. 07).

Dentre os programas de promoção a leitura do governo federal destaca-se o criado pelo também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁷, o **Programa Arca das Letras**, criado em 2003, cujo objetivo é incentivar a leitura no ambiente rural através de implantação de bibliotecas e da formação de agentes de leitura. Desta forma, o programa compreende a leitura como um elemento essencial para a educação no campo e para a reforma agrária, ou seja, a leitura como componente importante para a construção da cidadania no campo.

Os agentes de leitura participam de forma voluntária e são responsáveis pela biblioteca e todas as atividades inerentes a ela (empréstimo de livros, promoção de atividades culturais, campanhas de doação de livros e administração da biblioteca).

Programa Fome de Livro é um projeto integrado à política pública de leitura e biblioteca pública que tem como objetivo central assegurar e democratizar o acesso ao livro e à leitura a toda a sociedade, a partir da compreensão do valor da leitura e da escrita como instrumento indispensável para que as pessoas possam desenvolver plenamente suas capacidades humanas, exercer seus direitos, participar efetivamente da sociedade, melhorar seu nível educativo, fortalecer os valores democráticos, criar, conhecer os valores e modos de

⁷ Extinto em 12 de maio de 2016 através da Medida Provisória nº 726.



pensar de outras pessoas e culturas e ter acesso ao conhecimento e à herança cultural da humanidade mediante a palavra escrita.

Os autores Jambeiro, Borges & Barros (2006) acrescentam que,

o Programa Fome de Livro se define como um ‘programa nacional de biblioteca pública e leitura’. Chegou a constituir em 2005 uma comissão nacional para selecionar os livros a serem adquiridos para distribuição nas bibliotecas que estão sendo implementadas com o objetivo de zerar o número de municípios sem bibliotecas. (JAMBEIRO; BORGES; BARROS, 2006, P. 6).

Criado pelo Governo de Lula da Silva em 2004, o Programa Fome de Livro foi mais tarde convertido no Programa Livro Aberto, que passou a integrar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) é um conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e eventos empreendidos pelo Estado e pela Sociedade, para promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil. Sua finalidade básica é assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. O PNLL é subordinado a um Conselho Directivo com membros do MEC e do MinC, além da Academia Brasileira de Letras e da Câmara Brasileira do Livro.

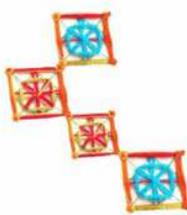
Segundo Haddad (2010):

o PNLL reúne projetos, programas e ações de ministérios, instituições públicas dedicadas à educação e à cultura, empresas estatais de todos os níveis de governo e ainda, empresas e entidades privadas como organizações não governamentais (ONGs) que apoiam a educação e, gradativamente vão aderindo ao plano. (HADDAD, 2010, p.27).

Assim pode-se inferir que tanto o Proler, quanto o PNLL, são políticas de promoção da leitura concebida de forma mais ampla e plural, com ações diversificadas com o objetivo de transformar o Brasil num país de leitores. Essas ações de políticas públicas de estímulo à leitura buscam sanar a fragilidade das práticas leitoras no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo apontou o pouco empenho por parte dos governos em nível municipal estadual e federal com as questões relativas à Leitura e o Letramento, no entanto, é importante destacar que existe um empenho governamental no que se refere ao mercado editorial.



O Brasil possui uma política de Estado que atende aos anseios no mercado livreiro, mas, o mesmo não pode ser dito em relação ao empenho no desenvolvimento de políticas consistentes e duradouras para despertar na sociedade o interesse pela leitura.

Tal assertiva pode ser constatada no quadro apresentado acima, onde percebe-se hiatos nas continuidades das políticas públicas de incentivo a leitura. Lacunas essas que comprometeram não apenas o entendimento da importância do formato da leitura mas principalmente na ausência de reivindicação dessas ações aos governos.

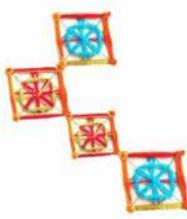
Consideramos que é o investimento em políticas públicas de incentivo à leitura permanente, bem como um diálogo entre os Ministérios da Cultura e da Educação com os estados e municípios com objetivo de apoiar e articular as ações de estímulo à leitura que podem promover uma mudança na situação atual observada no Brasil. O exercício de aprender a leitura é uma prática que forma relações, em diversos segmentos da sociedade, a exemplo da escola, no universo familiar, além dos demais ambientes de convívio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido remete a conceber que, políticas públicas de leitura que se alicerça na concepção de que o ato de ler é uma prática social, deve, no mínimo, ser planejada considerando todas as variáveis incluindo a diversidade cultural, dimensão territorial, bem como a necessidade de envolver todos os grupos sociais.

Conciliar propostas de leitura nas vertentes de uma política de fomento à leitura alicerçada em instituições historicamente consagradas para a formação de cidadãos plenos seja pelo viés cultural, da educação não formal através das bibliotecas municipais, sejam através do viés intelectual por meio da educação formal é essencial para a formação de cidadãos autônomos e críticos. Pois a diferença reside exatamente no entendimento, no grau de importância dado à esses equipamentos facilitadores de inclusão social, mobilizar a sociedade para a sensibilização do poder público. Não se admite que milhões de pessoas, de leitores potenciais sejam excluídos do acesso à informação e de todos os benéficos oriundos do hábito da leitura.

Além disso, a investigação desenvolvida nesta pesquisa nos proporcionou apontar a importância de uma política de Estado que, seja abrangente e que norteie as ações existentes e as que possam vir a serem implantadas no âmbito governamental, e das organizações sociais.



REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. C. L. **Leitura colaborativa** - crítica: a leitura como ato social e político. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, 13 (21), 143-150. 2004.

BRITTO, L. P. L. **A Escolarização da Leitura Literária: O jogo do Livro Infantil e Juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COPEES, R. J. **Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: Um estudo do projeto Literatura em Minha Casa.** Ponta Grossa: Universidade de Ponta Grossa (Dissertação de mestrado). 2007.

COPEES, R. J.; SAVELI, E. de L. Programas, Projetos e Campanhas de Incentivo à Leitura: uma visão histórica. In **16º Congresso de Leitura do Brasil** - COLE, 2007, Campinas - São Paulo. Caderno de Atividades - Resumos. Campinas: ALB, 2007. v. 16. p. 210-210. Disponível em

http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss11_07.pdf.

Acesso em Julho 23, 2014.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 34 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GOLDIN, D. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. In: **Pasajes de la edición: hablan los profesionales.** Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003.

HADDAD, Sergio. **Banco mundial, OMC e FMI: O impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO Paulo Montenegro - IPM. **INAF Leitura e Escrita - 2010.** Relatório on-line. Disponível em <http://www.ipm.org.br> Acesso em 08 de jan de 2014.

INSTITUTO Pró-Livro. **Retratos da leitura no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008.

JAMBEIRO, Othon, BORGES, Jussara.; BARROS, Susane. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Liinc em Revista**, v. 2, p. 178-191, 2006. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index>> > Acesso em 16 de set. de 2014.

MARQUES, M. J. D. V.; ARENA, A. P. B. O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE em Foco, o uso em sala de aula e a voz dos professores. In: **18º Congresso de leitura do Brasil: O mundo grita.** Campinas: FE/UNICAMP/ALB, 2012. v. 1. p. 298-299.

MCLUHAN, M. **A galáxia Gutenberg: A formação do homem tipográfico.** São Paulo: Editora USP, 1969.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, 24(48), 123-144.2004 Acesso em 21 de maio de 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006>



PERES, S. M.; GONÇALVES, A. M. **Políticas de incentivo à leitura e livro: Interfaces dos programas adotados no Brasil a partir da década de 1990.** Disponível em: http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem18/COLE_18_5_9.pdf. Acesso em 12 de maio de 2016.

PROGRAMA Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil). Proler: Concepção e diretrizes. Rio de Janeiro: Proler, 2010.

REGIS, M. C. A. S. **Categorias literárias** – programas de áudio para o incentivo à leitura de deficientes visuais: Um olhar transdisciplinar. 137f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, A. P. A nova perspectiva para as bibliotecas públicas, o livro e a leitura: discutindo as políticas públicas culturais no Brasil. In. **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação** – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

SILVA, Ana. Lúcia. Ferreira; SILVA, Eliane. Cleide; SILVA, Marleide Rodrigues. **Orientações da UNESCO para a educação brasileira: educar para o consenso.**, em http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/orientacoes_da_unesco.pdf. Acesso em 12 de maio de 2016.

SOUZA, Wendell de O. O Programa Nacional do Livro Didático e o ensino de História (2004 - 2014): Da construção da cidadania ao pensar historicamente. In **V Encontro Estadual de História** – UFRN, 2012.